

Jânio Nunes dos Santos



Secretaria de Estado da Educação de
Alagoas (SEDUC)
jnio.nunes@gmail.com

Adriana Cavalcanti dos Santos




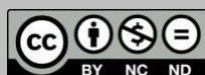
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
adricavalcanty@hotmail.com

Submetido em: 29/01/2023

Aceito em: 12/04/2023

Publicado em: 10/05/2023

 [10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14937](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14937)



A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NO MOVIMENTO DISCURSIVO-IDEOLOGICO

RESUMO

O presente artigo discute a recepção da Política Nacional de Alfabetização (PNA) na relação discursiva entre as esferas oficial e do cotidiano de professores alfabetizadores no que concerne as ideologias. Para tanto, adotou-se para o diálogo a categorias Ideologia Oficial e Ideologia do cotidiano com base na teoria do Círculo de Bakhtin articulada ao Ciclo de Políticas de Ball para tessitura da análise dos enunciados concretos dos professores alfabetizadores no liame da Análise Dialógica Discursiva. Os resultados apontam que a Ideologia Oficial presente no discurso da PNA não é de todo ou tal qual tomada pelos professores enquanto palavra dada, pois, no contexto da prática, o encontro com ideologia do cotidiano faz emergir as palavras criadas.

Palavras-chave: Política Nacional de Alfabetização. Formação de Professores alfabetizadores. Ideologia.

THE NATIONAL LITERACY POLICY IN THE DISCURSIVE-IDEOLOGICAL MOVEMENT

ABSTRACT

This article discusses the reception of the National Literacy Policy (NLP) in the discursive relationship between the official and daily spheres of literacy teachers in terms of ideologies. For this purpose, the categories Official Ideology and Daily Ideology were adopted for the dialogue based on the theory of the Bakhtin Circle articulated with Ball's Cycle of Policies to the structure of the analysis of the concrete statements of literacy teachers in the link of Dialogical Discursive Analysis. The results indicate that the Official Ideology present in the NLP discourse is not taken by the teachers as a given word, because, in the context of practice, the encounter with the daily ideology makes the words created emerge.

Keywords: National Literacy Policy. Formation of Literacy Teachers. Ideology.

LA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZACIÓN EN EL MOVIMIENTO DISCURSIVO-IDEOLÓGICO

RESUMEN

Este artículo discute la recepción de la Política Nacional de Alfabetización (PNA) en la relación discursiva entre las esferas oficial y cotidiana de los alfabetizadores en términos de ideologías. Para eso, se adoptaron para el diálogo las categorías Ideología Oficial e Ideología de la vida cotidiana a partir de la teoría del Círculo de Bajtín articulada con el Ciclo de Políticas de Ball para tejer el análisis de los enunciados concretos de los alfabetizadores en el eslabón del Análisis Discursivo Dialógico. Los resultados indican que la Ideología Oficial presente en el discurso de la PNA no es tomada por los profesores como una palabra dada, pues, en el contexto de la práctica, el encuentro con la ideología cotidiana hace emerger las palabras creadas.

Palabras Clave: Política Nacional de Alfabetización. Formación de Profesores de Alfabetización. Ideología.

1 PALAVRAS INICIAIS

A Política Nacional de Alfabetização - PNA constitui-se na mais recente proposta voltada à formação de professores alfabetizadores no Brasil. A PNA configurou-se, portanto, na materialização do que se propunha para os 100 primeiros dias do então governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) com o propósito de implantar uma proposta de reação às políticas de alfabetização anteriores baseada no viés do letramento. Essa política, foi regulamentada, em abril de 2019, pelo Decreto Nº 9.765 (BRASIL, 2019a), e lançada em agosto do referido ano com a publicação, no site do Ministério da Educação (MEC), do Caderno da PNA (BRASIL, 2019b).

Na defesa do método fônico como didática mais adequado para alfabetizar as crianças brasileiras em idade escolar, a PNA afirmava considerar as mais recentes e exitosas evidências científicas para alfabetizar ancoradas nas ciências cognitivas da Leitura. Propondo formação *online* a professores e gestores escolares por meio do Curso Práticas de Alfabetização do Programa Tempo de Aprender (BRASIL, 2020a). Este, conceituado como programa de formação abrangente que objetivava enfrentar as principais causas das deficiências da alfabetização no Brasil, conforme descrito na portaria que o regulamenta (Portaria Nº 280/2019).

Neste artigo, discutir-se-á a recepção da PNA na relação discursiva entre as esferas oficial e do cotidiano de professores alfabetizadores no que concerne as ideologias. Desse modo, articula os conceitos de Ideologia Oficial e Ideologia do cotidiano com base na teoria do Círculo de Bakhtin em simbiose ao Ciclo de Políticas de Ball para se pensar como o discurso oficial dialoga e influencia os discursos do cotidiano de professores alfabetizadores.

Para além deste preâmbulo, o texto divide-se em três seções, de modo que a primeira discute os conceitos de ideologia do Círculo de Bakhtin em articulação ao Ciclo de Políticas de Ball vislumbrando a PNA enquanto ideologia Oficial; a segunda seção apresenta o percurso metodológico que, a partir da Análise Dialógica Discursiva (ADD), recruta do referencial teórico o caráter metodológico; na terceira seção, coloca-se em evidência os resultados das análises dos dados empíricos embasados no referencial teórico e considera-se os documentos oficiais que instituem a PNA, no *survey* e no Grupo Focal, realizados com professores alfabetizadores. Por fim, tece-se algumas (in)conclusões a partir da análise realizada em simbiose com o aporte teórico adotado.

2 A IDEOLOGIA NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

A criação de políticas educacionais de formação de professores não é neutra por representar a ideologia dos propositores em determinado contexto espaço-temporal, em determinado cronotopo (BAKHTIN, 2014). O conceito de ideologia é entendido no viés do signo ideológico do Círculo de Bakhtin, de modo que “ao realizar-se no processo da comunicação social, todo signo ideológico, inclusive o signo verbal, é determinado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 110). Ou seja, o signo ideológico nunca é individual, mas realiza-se no social, no processo de refletir e refratar ideologia de um determinado grupo.

De tal, o signo ideológico, ao refletir a ideologia vigente de um grupo, deixa à mostra as vozes do auditório social que o constitui, e ao refratar, entra em embate com as muitas outras vozes, com as demais ideologias de grupos/épocas distintos. É nesse processo de embate, que o discurso se constitui, no inacabamento, no movimento resposta/contra-resposta (BAKHTIN, 2011). Logo, vale conceber a ideologia em sua dinamicidade.

Ainda a recorrer-se ao Círculo de Bakhtin para conceituar ideologia, entende-se por dois vieses: a ideologia oficial e a ideologia do cotidiano. Para Volóchinov (2017), a ideologia do cotidiano emerge dos encontros casuais com os demais sujeitos, em situações reais, recorrentes e inesperadas, nas/para as referências que construímos. É a vida em pauta nas suas pluralidades discursivas. Já a ideologia oficial compreende uma relativa dominação a partir da concepção de mundo (única) que procura se disseminar para (re)produção de discursos da classe econômica e politicamente dominante.

Para o Círculo de Bakhtin, as fronteiras entre as modalidades ideológicas não são tão bem demarcadas, haja vista que elas se tocam, misturam-se em determinados pontos por considerar os sujeitos que as significam nas interações e trocas simbólicas desenvolvidas nos/pelos grupos sociais. As fronteiras acabam por borrar-se. A própria superestrutura existe apenas em coexistência com a estrutura. Isso confirma que o ato de (querer) fazer calar vozes outras é interativo em sentido estrito, pois se reconhece, ainda que se negue, outros dizeres, outros signos. O fazer calar não é neutro, prevê dominação e hegemonia ideológica de uma classe.

Miotello (2005, p. 173), defende que as diversas vozes que dos/nos signos ideológicos ecoam, deixam transparecer as contradições ideológico-sociais entre passado

e presente, entre outras épocas passadas, entre grupos diversos, entre possibilidades futuras. A ideologia, oficial ou do cotidiano, é produzida e se produz no movimento de refletir e refratar do/pelo signo ideológico. A arena de disputa entre os muitos sentidos vivencia embates constantes.

As políticas educacionais, enquanto objeto simbólico e sógnico, são carregadas de vozes convergentes (que se quer fazer ouvir) e divergentes (que se pretende calar), o que lhes asseguram a essência dialógica, pois como afirma o Círculo de Bakhtin, todo dizer se orienta pelo já dito, assim como todo dizer é orientado para a resposta e é internamente dialogizado (FARACO, 2009).

A PNA, pensada a partir do caráter dialógico que apresenta, constitui-se pela presença marcante das vozes do grupo social/político que a propõe, mas em diálogo com os grupos/teorias que se pretende calar. Afinal, o dialogismo internalizado que perpassa todo dizer, e por extensão a PNA, reforça as vozes silenciadas. Vozes estas que vão de encontro às vozes outras por hora ecoadas no documento e em toda a sua proposta.

Pensando a proposição de políticas educacionais, Mainardes e Stremel (2015, p. 2-3) tecem considerações oportunas sobre a abordagem do ciclo de políticas: “a princípio, Ball, Bowe e Gold (1992) tentaram caracterizar o processo político, introduzindo a noção de um ciclo contínuo constituído por três facetas ou arenas políticas: a política proposta, a política de fato e a política em uso”, que posteriormente passaram à denominação de: contexto de influência, contexto de produção e contexto da prática (BALL; BOWE; GOLD, 1992), respectivamente.

A mudança de nomenclatura de faceta para contexto se deu pela constatação de que aquela (faceta) apresentava certa rigidez linguística/discursiva que Ball, Bowe e Gold (1992) não desejam que ocorresse a referirem-se ao ciclo de políticas, pois, enquanto ação ideológica, a proposição, criação e implementação/uso de políticas educacionais perpassam a arena de intenções e disputas que não justificam o acabamento de tais conceitos. Por si, políticas são inacabadas, (re)construídas no processo contínuo que vai de sua criação, estendendo-se a todo o processo de implementação. Logo, Ball (2001, p. 102) enfatiza que “a criação das políticas nacionais é, inevitavelmente, um processo de “bricolagem”, um constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de ideias de outros contextos, [...] de teorias canibalizadoras, de investigação, de adoção de tendências e modas [...]”.

Conforme Ball (2001), o movimento do discurso faz a ideologia atuar pelo fato de o discurso em si ser ideológico: “a palavra acompanha toda a criação ideológica como seu ingrediente indispensável” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 100). Políticas nacionais são

discursos de um grupo político que, em determinado momento histórico, detém o poder de pensá-las, criá-las e apresentá-las à sociedade por meio do discurso do novo ou, tomando por empréstimo do *marketing* o termo canibalização, o enfoque no discurso performático de que a política proposta é melhor que aquela que a antecedeu. Há ainda as influências de discursos externos que, ideologicamente, aderem-se aos nacionais.

Nesses moldes, a PNA (BRASIL, 2019a) sofre influências externas, ao considerar evidências científicas que tendem a enaltecer práticas voltadas às ciências cognitivas da linguagem amplamente difundidas nos Estados Unidos, por exemplo. A proposta da referida política combate ideologias vigentes, tidas como de Esquerda, a exemplo, da alfabetização enquanto aquisição da língua escrita (faceta linguística), mas baseada na língua em uso (faceta sociocultural), nos gêneros do discurso (faceta interativa) (SOARES, 2016), ou seja, no letramento. Nessa arena de disputas ideológicas, a bricolagem fica à mostra, pois, “a maior parte das políticas são frágeis, produto de acordos, algo que pode ou não funcionar” (BALL, 2001, p. 102).

Em entrevista de Stephen Ball a Mainardes e Marcondes (2009, p. 306), o teórico metaforiza política educacional, comprando a um foguete:

Uma política tem uma trajetória semelhante à de um foguete: decola, atravessa o espaço e depois aterrissa. Algumas vezes, acidenta-se; em outras, atinge uma realização espetacular, mas move-se através do tempo e, algumas vezes, simplesmente desaparece. As políticas desaparecem no decorrer do tempo ou, algumas vezes, leva muito tempo para elas se tornarem integradas. Algumas vezes, elas são apressadas ou atrasadas. **É necessário pensar sobre a velocidade das políticas, é necessário ter a dimensão do tempo, bem como do espaço** (grifo nosso).

Tomando tempo e espaço como variáveis relevantes para a proposição de políticas educacionais, importa considerar esta como variável a ser objeto de reflexão em se tratando da PNA, no Brasil. Pela lógica, a variável tempo (cem primeiros dias de governo) pode não ter sido suficiente para se pensar e se propor uma política tão divergente do que se tinha até então para a alfabetização das crianças brasileiras. Além do mais, a dinâmica territorial é outra importante variável a ser considerada para a proposição e implementação de políticas nacionais, dado o tamanho do Brasil, que além de continental, é multicultural e socialmente desigual, dando margem ao pensamento de Carlota Boto (2019), o qual diz que zerar o passado torna-se a melhor forma de dar as costas para o futuro.

Bunzen (2019, p. 47 – grifo do autor) aponta haver na PNA “uma tentativa clara de **afastamento das políticas públicas de alfabetização anteriores** (tais como o Pró-

Letramento ou PNAIC), operando com uma retórica infeliz de ‘internacionalizar’ a discussão”, seja substituição/silenciamento ao/do termo letramento em face da literacia, termo amplamente utilizado em Portugal; seja pela adoção do discurso do novo, considerando as mais recentes evidências científicas a partir das ciências cognitivas da leitura; pela adoção e supervalorização do método fônico aparado em documentos nacionais e internacionais que defendem veementemente essa vertente.

Amalgamados os interesses do grupo político a dominar um Estado-nação em determinada época, emergem as escolhas ideológicas para políticas mais assertivas, de acordo com o discurso adotado. Na PNA, justifica-se as evidências científicas escolhidas “a fim de melhorar os indicadores educacionais e garantir a qualidade de educação para todos” (BRASIL, 2019b, p. 20), rompendo com a lógica de construir políticas a partir do conhecimento produzido pela comunidade de pesquisadores brasileiros com vistas a fortalecer a ciência que aqui se produz, bem como assumir as rédeas do processo de colonização e subalternidade aos países nórdicos (MACEDO, 2019).

Questões de ordem ideológica, política, de subalternidade a políticas de países ricos, de descontinuidade de políticas anteriores, de tangenciamento na proposição de políticas educacionais são passíveis de serem pensadas e tratadas a partir do Ciclo de Política de Ball. Como mencionado, anteriormente, o autor considera três contextos primários na proposição de políticas educacionais, de modo que esses contextos se situam em um ciclo contínuo de política.

A seguir são discutidos cada um dos contextos do ciclo de política de Ball (BALL, 2001), pensando a PNA (BRASIL, 2019a) e seus desdobramentos na produção de discursos e ideologias.

2.1 Influências nacionais e internacionais na proposição da PNA

O contexto de influência proposto no ciclo de política tem estreita relação com o viés ideológico proposto pelo Círculo de Bakhtin. O discurso é um eterno embate, assim como são as influências ideológicas no pensar a educação e o sujeito educado. No emaranhado de vozes, forma-se e valida-se um discurso de base política (de direita ou de esquerda, sobretudo; que represente a estrutura social ou a superestrutura), visto que “há um conjunto de arenas públicas mais formais tais como comissões e grupos representativos que podem ser lugares de articulação de influências” (MAINARDES, 2006, p. 97).

Não obstante ao que se propõe no ciclo de políticas de Ball como questões influenciadoras, a PNA é influenciada, em primeiro lugar, pelo discurso de rompimento com ideologias de esquerda propagadas na educação brasileira e que, segundo uma onda conservadora de direita, tem sido o mal da educação, de modo que se justifica o fracasso na alfabetização de nossas crianças pela adoção sistemática de práticas alfabetizadoras amparadas no construtivismo (proposto por Emília Ferreiro) e nas teorias sociais de ensino da língua escrita, com ojeriza explícita estudiosos brasileiros como Paulo Freire e Magda Soares.

O discurso que busca se afirmar e dá origem à PNA, enquanto visão de um grupo que passa a deter o poder sobre as políticas direcionadas à nação, é “uma conjuntura política de ataques explícitos a pesquisadores [...] e às discussões no campo dos estudos do letramento” (BUNZEN, 2019, p. 47). No contexto de influências para a proposição da PNA, consideremos duas variáveis, sobretudo: a onda ideológica de Direita e as influências internacionais.

A Onda Ideológica de Direita¹ é tratada como uma das variáveis a influenciar a proposição da PNA, importa, inicialmente, conceituar as categorias Direita e Esquerda, a fim de situar o discurso que emerge do/no documento que efetiva a referida política. Para tanto, Bobbio (1994, p. 31) faz a distinção, afirmando que direita e esquerda “são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas”.

No movimento de tomada de poder e/ou fortalecimento dos polos Direita X Esquerda, Marquez e Lima (2017) apontam que a Esquerda brasileira teve seu ápice com a ascensão à presidência da República do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições de 2002. Os movimentos contrários ao governo vigente, à época, e suas ideologias passaram a ser mais incisivos a partir de 2007, tendo o mensalão como plano de fundo. Porém, é a partir de 2013 que a onda conservadora se avoluma, fazendo surgir a figura do “brasileiro indignado com a situação do Brasil” (MARQUEZ; LIMA, 2017, p. 4).

Alinhada à figura do brasileiro indignado, fortalece-se o discurso de patriotismo do cidadão de bem: “O cidadão de bem é uma espécie de sujeito o tempo todo indignado, que compartilha com seus iguais esse movimento pelo qual define a pertinência ao grupo” (PRADO; PRATES, 2019, p. 9) e que passou a caracterizar a formação de grupos de

¹ O termo é utilizado para referirmo-nos aos movimentos de centro-direita que passaram a se intensificar a partir de 2013 como reação a política de esquerda, sobretudo ao Partido dos Trabalhadores (PT).

direita no Brasil, logo, justifica-se a nomenclatura “onda ideológica de direita” por hora utilizada.

Nessa “onda”, emergiram movimentos como Revoltados *Online*, Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua, entre outros que, a partir de 2015, mobilizaram-se mais intensamente na promoção de uma série de protestos pró-*impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (SANTOS; VIEIRA, 2016). Por sua vez, o Movimento Brasil Livre surgiu em novembro de 2014, defendendo, inicialmente, as bandeiras do liberalismo e republicanismo político, dizendo-se apartidário até que se inspirou no Vem Pra Rua, outro movimento conservador que se aproveitou do lema da esquerda em junho de 2013 para se lançar (MARQUEZ; LIMA, 2017). A “nova direita” ganha espaço e consegue ascender ao poder nas eleições de 2018 com a vitória de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República.

Amalgamado a essas influências nacionais, encontram-se questões internacionais que incidem diretamente no modo de pensar, propor e executar ações políticas. Essas influências, porém, estão atreladas a interesses econômicos e de estreitamento de relações com nações economicamente influentes no mundo, a exemplo dos Estados Unidos e de países europeus que historicamente conservam-se retumbantes diante de países com menor desenvolvimento socioeconômico.

Essas influências internacionais não fogem ao ideológico, pois ao reconhecê-las e adotá-las em âmbito nacional, o governo que vige em cada época demonstra proximidade de pensamento ou ainda interesses econômicos e políticos a serem efetivados entre as nações. Ressalta-se, então, que qualquer forma de compreensão ou escolha é vertente da ação ideológica, pois segundo Volóchinov (2017), nunca pronunciamos ou ouvimos palavras vazias desprendidas do cotidiano.

É no contexto de influências que o Ciclo de Políticas de Ball levanta questões que vão além do local e que incidem no pensar e no propor políticas educacionais. Essas questões dizem respeito à globalização e a engrenagem neoliberal, sobretudo.

Embora o PNA tenha estreita relação com práticas alfabetizadoras europeias, os documentos internacionais que constam na proposta oficial são exclusivamente norte-americanos: *Learning to Read: The Great Debate* (EUA, 1967); *Preveting Reading Difficulties in Young Children* (EUA, 1998); Relatório do *National Reading Panel* (EUA, 2000) e; Relatório *Developing Early Literacy* (EUA, 2009). Todavia, a construção da proposta da alfabetização com base nas ciências cognitivas da leitura no Brasil data de 2003 com o “Relatório Final Alfabetização Infantil: os novos caminhos” apresentado na Câmara dos Deputados, o qual tinha por base a análise de políticas de alfabetização

implementadas na Inglaterra, na França e também nos Estados Unidos, desde a década de 1980 ancorada nas ciências cognitivas da leitura.

A construção dessa proposta, no ano de 2003, deixa claro que a PNA é fruto de um movimento direitista que atua para sua implementação há quase duas décadas, embora a onda ideológica de direita seja um tanto mais recente. Por outro lado, ressalta-se que a equipe que participou da proposição e construção da PNA é a mesma que participou da construção do “Relatório Final Alfabetização Infantil: os novos caminhos”. A equipe é constituída por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, os quais se formaram na área da psicologia cognitivista nos países referidos (Inglaterra, França e Estados Unidos), onde há o desenvolvimento, sobretudo, da ciência do tipo experimental, quantificável e positivista, impactando esses pesquisadores e os influenciando a disseminá-la no Brasil.

2.2 A produção da PNA em pretense contexto monolítico

O contexto de produção de políticas educacionais valida o discurso por meio dos documentos oficiais, que pretendem ser signos ideológicos oficiais. Por vez, os signos ideológicos no contexto de produção da PNA se fazem no/pelo Decreto nº 9.765/2019 (BRASIL, 2019a), no/pelo Caderno PNA – Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019b) e pelo Relatório Nacional de Alfabetização Baseado em Evidências (Renabe) (BRASIL, 2020) que resultou da Conferência Nacional de Alfabetização Baseadas em Evidências (Conabe)².

Reitera-se como artifício de persuasão acerca da validade da PNA o discurso sobre evidências científicas para a adoção do método fônico com base nas ciências cognitivas da leitura. Esse artifício apresenta-se bastante explícito no Renabe, enquanto artifício do contexto de produção, quando da seção que trata das evidências: “O termo “evidências” diz respeito a achados que resultam de pesquisas científicas. Uma alfabetização baseada em evidências é aquela que emprega procedimentos e recursos cujos efeitos foram testados e se mostraram eficazes” (BRASIL, 2020, p. 28).

Por outro lado, Gontijo e Antunes (2019) apontam que a PNA descredibiliza estudos que não partem de metodologias experimentais, o que é questionável por sobrepor-se a pesquisas de natureza qualitativa. É nesse sentido que Frade (2019a, p.

² Instituída pela Portaria nº 1.460 de agosto de 2019, teve como tema “A Política Nacional de Alfabetização e o estado da arte das pesquisas sobre alfabetização, literacia e numeracia” (Art. 1º). O Evento, com objetivo de criar o Renabe, contou com um painel de especialistas “composto por doze pesquisadores de notório saber nas áreas de alfabetização, literacia ou numeracia, no âmbito das ciências cognitivas, os quais devem possuir doutorado e produção científica em alguma dessas áreas” (Art. 5º).

17) completa ao dizer que as pesquisas em prol de evidências que validem tal discurso como o da PNA “fazem recortes de um aspecto específico para construir sua lente de leitura da realidade”.

Diante da produção de políticas, a exemplo da PNA, Ball, Bowe e Gold (1992) discutem a configuração produtiva em termos de participação dos sujeitos, tendo em vista em que medida os profissionais que atuam na escola têm voz nessas propostas. Para isso, consideram as políticas em produção nos formatos *writerly* e *readerly*. Para os autores, um texto *readerly* é prescritivo e, por isso, limita a produção de sentidos pelo leitor/receptor/executor, o qual assume o papel de consumidor apenas. Já um texto *writerly* possibilita ao leitor a co-produção, enquanto interprete criativo no processo dialógico. Assim, o leitor (sujeitos envolvidos) pode preencher as lacunas do texto, a considerar os seus posicionamentos ideológicos e formativos frente ao contexto no qual a política em construção será implementada.

A PNA, porém, surgiu e continuou a ser uma política prescritiva (*readerly*), elaborada por um grupo restrito de especialistas brasileiros e estrangeiros, sem haver possibilidade de interlocução com os demais sujeitos (professores e pesquisadores) que compõem a educação brasileira.

É nesse sentido que a construção da PNA é entendida como ação de intenção monolítica, na qual e para a qual as vozes outras não são consideradas, ainda que ouvidas. O Círculo de Bakhtin defende o monologismo constituído como ação oposta ao dialogismo ou à ação dialógica de modo a propor a dialogicidade no interior de toda palavra (BAKHTIN, 2011).

A intenção monológica do discurso ideológico é para Bakhtin (2011) uma utopia, pois ao tomar a palavra na tentativa de centralizá-la (pelas forças centrípetas), o sujeito ativo que detém a palavra da ideologia oficial não consegue monologizá-la na prática cotidiana dos outros sujeitos responsivos-ativos, na ideologia do cotidiano. A essa ação propõe-se nomeá-la de ação monolítica. Embora negado o dialogismo com as muitas e outras vozes contrária, sabe-se de suas influências, ainda que para uma contra-resposta.

2.3 A PNA no contexto de prática

O contexto da prática é, por assim dizer, um contexto de efetiva interação, de tomar o dado e transformá-lo em criado. É nele que as políticas educacionais se efetivam (ou não), com recontextualizações a partir dos saberes-fazeres dos professores e da formação ideológica dos mesmos, visto que é neste contexto que a política fica sujeita a

interpretações e recriações que podem resultar transformações significativas na proposta original. Bowe, Ball e Gold (1992, p. 22) afirmam que “os profissionais que atuam no contexto da prática não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos [...]. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar o significado dos seus textos”.

O processo de implementação/recepção de uma política educacional de alfabetização como a PNA é cíclico e recontextual. À medida que os professores alfabetizadores se apropriam da proposta, colocam em prática nas salas de alfabetização, acrescentam, suprimem, adaptam, recontextualizam orientações, métodos e direcionamentos (im)postos pela proposta original a partir de seus saberes-fazeres teóricos, práticos e ideológicos, no processo dialógico.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A curiosidade epistemológica em discutir a recepção da Política Nacional de Alfabetização (PNA) na relação discursiva entre as esferas oficial e do cotidiano de professores alfabetizadores no que concerne as ideologias, resultou nesta investigação.

Esta pesquisa configura um desdobramento da pesquisa nacional Alfabetização em Rede, a qual conta com a participação de pesquisadores de 29 universidades situadas em diversos Estados da Federação, tendo sido submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e aprovada pelo Parecer Consubstanciado de Nº 4. 237.062.

Possui natureza quanti-qualitativa (SAMPLERI; COLLADO; LUCIO, 2013) por articular resultados de um *survey*, com 2454 participantes, com os dados produzidos a partir do grupo focal (GATTI, 2005), com 5 professores alfabetizadores.

A pesquisa nacional realizou-se em duas fases de coleta de dados, valendo-se de dois instrumentos de pesquisa: I) por meio de um questionário do *Google Forms* aplicado *online* entre junho e setembro de 2020. Esse instrumento continha 34 perguntas distribuídas em dois focos: i. A alfabetização durante a pandemia do Covid-19; ii. A recepção da PNA (BRASIL, 2019a); II) grupos focais de até 6 docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, realizados entre outubro e dezembro de 2020, considerando os dois focos separadamente. Porém, como esta pesquisa tem por objeto de investigação a participação do professor alfabetizador no Curso Práticas de Alfabetização do Programa Tempo de aprender, ofertado pela PNA, delimitamos o foco II

“A recepção da PNA” a ser estudado e analisado em nossa pesquisa de Doutorado, sendo este um recorte da Tese de Doutorado defendida em 2022

Os professores que participaram do grupo focal acerca da PNA tiveram suas identidades preservadas a partir da utilização de nomes fictícios, conforme observa-se no quadro 1:

Quadro 1 - Perfil dos professores alfabetizadores partícipes do grupo focal

Professor	Município	Formação	Experiência profissional	Turma(s) que atuou em 2020
Marisa	Arapiraca	Pedagogia / Especialização	10 anos	2º ano do ensino fundamental
Lourdes	Maceió	Pedagogia / Mestrado em Educação	8 anos	5º ano Ensino fundamental
Andressa	Maceió	Psicopedagogia	18 anos	Último ano da Educação Infantil
Laís	Coruripe	Não informado	4 anos	2º ano do ensino fundamental
Joel	Palmeira dos Índios	Magistério / Nível Médio	5 anos	3º e 5º ano do ensino fundamental

Fonte: Dados da Pesquisa Alfabetização em Rede – *Corpus Alagoas* (2020)

Com base na Análise Dialógica Discursiva (ADD) ancorada nos postulados do Círculo de Bakhtin em interface ao Ciclo de Política de Ball, considerou-se a simbiose dos dados em vista do inacabamento e não fechamento do discurso dialógico, bem como o movimento cíclico das esferas em que as políticas acontecem na proposta de Ball. A escolha desta técnica de análise de dados se deu pela natureza dialógica do objeto de estudo.

O corpus desta pesquisa, na fase descritiva, fez emergir 8 categorias de análise, das quais, analisaremos 2, neste recorte investigativo: a) Relação da PNA com a BNCC; b) Incentivo à participação no Curso Práticas de Alfabetização.

4 RELAÇÕES IDIALÓGICAS ENTRE A PNA E DISCURSO DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES

A palavra ideologia é utilizada pelo Círculo de Bakhtin para designar os produtos do espírito humano, ou o que se pode chamar de cultura imaterial. Nesse sentido, “engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais [...]” (FARACO, 2009, p. 46).

De igual modo, Medviédev (2019) advoga que as concepções de mundo, as crenças e mesmos os instáveis estados de espírito ideológicos tornam-se realidade ideológica quando realizados nas palavras, nas ações, nas questões individuais e sociais, em algum material em forma de signo: “Por meio desse material, eles tornam-se parte da realidade que circunda o homem” (MEDVIÉDEV, 2019, p. 49).

A ideologia é, portanto, uma tomada de posição determinada, seja a que brota nos encontros fortuitos, nas atividades cotidianas; seja a que é fruto de do discurso oficial, que procura disseminar a visão única de mundo (MIOTELLO, 2005). Como dito, a PNA emerge como ideologia oficial, resvalando na formação dos professores alfabetizadores e, nesta, encontra-se e mistura-se com as ideologias do cotidiano que constituem os alfabetizadores e seus saberes-fazer.

O jogo discursivo da ideologia oficial do Governo Bolsonaro buscou disseminar algumas verdades: segundo o MEC, o curso Práticas de Alfabetização que era *online* com duração de 30 horas, no qual seriam apresentadas estratégias de ensino e atividades destinadas ao 1º e 2º ano do ensino fundamental baseadas em evidências científicas e com caráter prático, voltadas à sala de aula; enfatizava a abordagem de conteúdos mais elementares que seriam úteis para crianças do último ano da pré-escola que poderiam desenvolver habilidades importantes, as quais facilitariam o futuro processo de alfabetização; indicava que todos os conteúdos/matérias abordados/disponibilizados no Curso Práticas de Alfabetização poderiam servir como reforço para crianças de idades mais avançadas, especialmente aquelas do 3º ano do ensino fundamental, convidando à adesão os demais professores do ensino fundamental; colocava-se à mesa, ainda que tacitamente, a discussão sobre o ciclo de alfabetização, como o objetivo de silenciar vozes ideológicas tecidas em fios que não agregam a oficialidade em pauta.

Para além disso, o discurso oficial buscava disseminar o alinhamento das estratégias propostas na PNA com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual

entende-se como clara intencionalidade motivadora para a adesão dos alfabetizadores ao discurso oficial.

4.1 Relação da PNA com a BNCC

A PNA, no curso Práticas de Alfabetização, procura correlacionar as atividades e orientações metodológicas direcionadas ao último ano da educação infantil e aos dois primeiros anos do ensino fundamental com as habilidades propostas na BNCC. Essa relação denota uma ação intencional de valorar o discurso no sentido de aproximar o criado com o dado/imposto. A BNCC constitui-se num documento construído coletivamente, enquanto a PNA foi imposta via decreto presidencial. Manter a leve relação entre ambas pode conduzir o professor alfabetizador aderir a PNA. Logo, há uma tática ideológica explícita nessa relação.

A PNA propõe uma sucinta discussão sobre os temas abordados e oferece as estratégias prontas para que o professor apenas execute-as, colocando-se discursivamente como uma política prática. Essas questões fizeram emergir nos discursos dos professores participantes do grupo focal esta categoria “Relação da PNA com a BNCC”.

[...] foi a questão da BNCC atualizada. Então foi interessante porque foi um conhecimento muito fácil que o próprio Tempo de Aprender ensina e, às vezes, as pessoas complicam muito para explicar, para exemplificar. E lá no Tempo de Aprender é bem básico, bem simples e numa explanação, acho que dá para aquele educador que não tem conhecimento aprender. (Andressa)

Na verdade, eu também me debrucei bastante referente às questões da BNCC. E aí, quando comecei o curso, percebi realmente que a linguagem, a facilidade, a forma de a gente vê como desenvolver essas práticas de alfabetização ia bem mais além do que a gente imaginava. (Lourdes)

[...] o curso destrincha muitas coisas e também dá dicas para o nosso dia a dia, o nosso cotidiano em sala de aula. E também a busca dos resultados da BNCC e como ela se encaixa no cotidiano, em nosso dia a dia, nossa rotina. O que mudaria, na verdade, para antes um plano e agora um plano com a BNCC. E ele mostra, na prática, muitas coisas e de forma bem fácil e de fácil acesso e de fácil interpretação para a gente enquanto professor. (Joel)

Sendo professora alfabetizadora, estando no segundo ano, todos os anos têm a provinha Brasil. Eu percebia que, a forma como eles disponibilizavam a provinha Brasil, a forma como as questões eram, às vezes dadas, às vezes, tinham um certo distanciamento da forma como eu estava trabalhando com eles. Então, já que veio essa oportunidade de participar, o curso veio para completar porque a gente tem toda uma formação, mas é somente na prática que nós conseguimos aperfeiçoar ainda mais e fazer com que os nossos alunos aprendam. É preciso sempre ficar se aperfeiçoando. Por isso que comecei a fazer o curso, porque me interessei realmente. Porque é importante que a gente compreenda e bem. Em relação à BNCC, é preciso que estejamos atualizados. (Marisa)

Volóchinov (2017) defende que o signo ideológico não é apenas uma parte da realidade, mas reflete e refrata outras realidades, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la: “cada campo ideológico possui seu próprio modo de se orientar na realidade, e a refrata a seu modo” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 94).

Essas relações dialógicas e ideológicas entre a ideologia oficial e a do cotidiano são vistas no discurso dos professores alfabetizadores: Lourdes, Andressa e Joel colocam a relação das lições/módulos do curso com as habilidades da BNCC como questão principal que os motivaram a participar do curso, avaliando-o pelo viés positivo. Por sua vez, Marisa também aponta para essa relação, porém de maneira secundária, considerando que sua motivação para fazer o curso esteve no aperfeiçoamento da prática pedagógica para melhoria do trabalho com vista às avaliações externas, a exemplo da Provinha Brasil, como cita a professora, que apostou nas contribuições do curso.

Importa considerar que essa motivação que perpassa o discurso dos cinco professores alfabetizadores assentada no alinhamento da PNA à BNCC, justifica-se no próprio material do curso, disponibilizado inicialmente no Sistema Online de Recursos para a Alfabetização (SORA) e posteriormente organizado nos dois volumes intitulados “Práticas de Alfabetização: Livro do Professor Alfabetizador – Estratégias” e “Práticas de Alfabetização: Livro de Atividades”.

Ademais, os dados quantitativos dos *survey*, considerando o total de 2.454 professores respondentes ao questionário online acerca dos documentos oficiais gerais, constatou-se o percentual significativo de 62% que afirmou conhecer a BNCC, o qual coaduna com a relação feita da PNA com a BNCC como motivo para participar do curso, reforçando o que disseram os professores participantes do grupo focal: “[...] foi a questão da BNCC atualizada” (Andressa); “a busca dos resultados da BNCC e como ela se encaixa no cotidiano, em nosso dia a dia, nossa rotina” (Joel); “Em relação à BNCC, é preciso que estejamos atualizados” (Marisa).

Essa ligação da BNCC à PNA apontada pelos professores, aderem seus discursos acerca do conhecimento de fácil compreensão e a linguagem simples reverberada no curso enquanto ideologia oficial e refletida em suas ideologias cotidianas: “Então foi interessante porque foi um conhecimento muito fácil que o próprio Tempo de Aprender ensina e, às vezes, as pessoas complicam muito para explicar, para exemplificar” (Andressa); “quando comecei o curso, percebi realmente que a linguagem, a facilidade, a forma de a gente vê como desenvolver essas práticas de alfabetização ia bem mais além do que a gente imaginava” (Lourdes); “E ele [o curso Práticas de Alfabetização] mostra,

na prática, muitas coisas e de forma bem fácil e de fácil acesso e de fácil interpretação para a gente enquanto professor” (Joel).

Os discursos dos professores Andressa, Joel, Lourdes e Marília foram impactados pelos discursos do Curso Práticas de Alfabetização no diálogo entre ideologia oficial e ideologia do cotidiano. Essa interação, que em certa medida se vale da palavra-violência, levou-os a valorarem a relação entre a PNA e a BNCC, compreenderem que é um curso de linguagem simples por apresenta-se como proposta fechada e apenas executável, sendo avaliado como conhecimento de fácil compreensão.

Esse discurso ideológico oficial intencional que tem alcançado os professores alfabetizadores da amostra em análise, no movimento de naturalização do (im)posto, pode estar a ganhar espaço pela força dos enunciados nas interações formativas e nos materiais disponibilizados, embora haja as recontextualizações na prática, no cotidiano.

4.2 Incentivo à participação no Curso Práticas de Alfabetização

No seio da discussão sobre ideologia, recorreremos a Medviédev (2019) para refletirmos sobre conceito e significado de meio ideológico. Para o autor, “o meio ideológico é a consciência social de uma dada coletividade, realizada, materializada e exteriormente expressa. Essa consciência é determinada pela existência econômica e, por sua vez determina a consciência individual de cada membro da coletividade” (Ibidem, p. 56).

É certo que o sujeito social está rodeado de objetos ideológicos, sejam a palavra escrita ou oralizada, sejam os símbolos e crenças religiosas ou as questões políticas, entre outras. Na perspectiva medviédeviana, podemos aproximar a ideologia oficial à consciência social de um grupo, reconfigurada sempre que o discurso de autoridade muda; do mesmo modo na ideologia do cotidiano, vemos a proximidade com a consciência individual perpassada pelas ideologias que se põem oficiais: “o meio ideológico é sempre dado no seu vir a ser dialético vivo; nele, sempre existem contradições que, uma vez superadas, reaparecem” (MEDVIÉDEV, 2019, p. 57).

Nesse sentido, Volóchinov (2017, p. 95) afirma que a ideologia é um fato da consciência e que “uma consciência só passa a existir como tal na medida em que é preenchida pelo conteúdo ideológico, isto é, pelos signos, portanto, apenas no processo de interação social”. Ideologia oficial e ideologias do cotidiano dialogam, e estas sofrem influências daquela.

A PNA, enquanto política oficial de alfabetização, insere-se no meio ideológico, buscando influenciar as consciências individuais a partir de sua voz de autoridade oficial. Embora se coloque como política de adesão voluntária pelas redes municipais e estaduais, há, na força do discurso, a imposição, em que pese o financiamento apenas dessas redes que fizerem a adesão, como podemos observar no Decreto Nº 9.765/2019:

Art. 11. A colaboração dos entes federativos na Política Nacional de Alfabetização se dará por meio de adesão voluntária, na forma a ser definida em instrumentos específicos dos respectivos programas e ações do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas.

Art. 12. Para fins de implementação da Política Nacional de Alfabetização, a União poderá prestar assistência técnica e financeira aos entes federativos, que será definida em ato próprio de cada programa ou ação.

A assistência à alfabetização nas escolas fica condicionada à adesão do discurso e ideologia oficial. Isso reforça a não-voluntariedade à adesão, visto que as redes necessitam de apoio financeiro para melhor alfabetizar seus alunos, sejam pelo método fônico ou qualquer outro. Essa adesão (in)voluntária pode refletir na reverberação do discurso oficiais pelas redes/escolas na persuasão dos professores, conforme revelam os dados.

Assim, referenciadas de maneira positiva, os professores alfabetizadores apontaram as escolas/redes como incentivadoras e/ou orientadoras no que diz respeito a participação no curso Práticas de Alfabetização, como enunciaram a seguir:

Na escola que trabalho, quando a direção, a coordenação passou para a gente que era para ver esse curso, começar a fazer, eu já estava fazendo. Mas, assim, eles sempre dão as orientações para que a gente possa se capacitar ainda mais e a rede também. (Marisa)

Houve um incentivo sim na escola e o melhor foi a troca de experiências porque não só eu fiz. A gente parava, fazia reuniões via meet e trocava algumas experiências e algumas visões referentes ao curso. (Lourdes)

O discurso ideológico oficial passa a refletir nas instituições e, conseqüentemente, atravessa os sujeitos sociais que as compõem. Faraco (2009), ao referir-se aos termos ideologia(s) e ideológico afirma que estes não assumem necessariamente sentido negativo, conforme os postulados do Círculo de Bakhtin, porém nos diz que há vertentes outras marxistas que os encaram como mascaramento do real. Em adesão ao que propõe o círculo, toma-se nesta discussão a ideologia pelo signo ideológico, de modo que a valoração (positiva ou negativa) se dá pelo contexto sócio-histórico no qual os eventos sociais ocorrem. Os professores Marisa e Lourdes, ao passo em que afirmam terem sido

orientados ou incentivados pelas redes/escolas, valoram positivamente a participação no curso, revelando a presença e influência do discurso oficial.

A professora Andressa, porém, reconhece a presença e a força do discurso/ideologia oficial na instituição em que trabalha, mas revela que esse discurso não tem chegado aos professores somente pelo incentivo e orientação das escolas. Essa professora traz para si o papel de incentivador e informante na escola que atua:

Na verdade, fui eu que divulguei para escola: “façam essa formação, tem várias grades curriculares de conhecimento, você escolhe”. Meus colegas fizeram dois, três cursos do Tempo de Aprender. Mas, como eu queria uma coisa específica justamente para minha área, que também é uma área que estou começando agora que é a educação infantil, quis me especializar mais. (Andressa)

A fala representativa da Professora Andressa denota, em certa medida, o sentimento de orgulho pela adesão e disseminação ao/do discurso/ideologia oficial. A esse respeito, Mortatti (2019, p. 43), afirma que na PNA, “o objetivo de persuasão se constata, ainda, em táticas de cooptação/manipulação de termos/conceitos-chaves [...] como uma espécie de ‘pregação para convertidos’”.

Reforçando a reflexão da ideologia oficial que sustenta a PNA, o professor Joel afirma ter sido influenciado a participar do curso pela secretaria municipal de educação: “Eu fiquei sabendo através de uma das coordenadoras da SEMED daqui da cidade, que me indicou”. A partir das construções discursivas da professora Laís, infere-se que ela teve acesso à ideologia oficial buscando cursos na internet, constatando-se a força de um discurso ideológico oficial, que se vale dos mais diferentes meios para refletir nos sujeitos sociais.

Depreende-se, portanto, que os professores Marisa, Lourdes e Joel foram incentivados pelas instituições/redes que atuam a participarem do curso Práticas de Alfabetização, tendo o discurso ideológico oficial difundido em caráter positivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais, por extensões provisórias, instigam as contra-respostas ao processo investigativo que se ocupou de discutir o que dizem os professores alfabetizadores do Estado de Alagoas sobre a participação no Curso Práticas de Alfabetização que integra a Política Nacional de Alfabetização (PNA), implantada pelo Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019.

Pensar os dizeres dos professores alfabetizadores, a partir da participação no curso Práticas de Alfabetização, possibilita a reflexão acerca das influências que orientam uma política de alfabetização, perpassando sua produção, implementação e prática, num ciclo não linear, posto que tem suas fronteiras borradas, como aponta Ball (2001) a respeito da não linearidade dos contextos que integram uma política educacional, sobretudo ao entrar em contato com as ideologias do cotidiano de alfabetizadores, as quais não são concluídas, acabadas, mas sugeridas, em movimento, em construção.

A recepção da Política Nacional de Alfabetização (PNA) na relação discursiva entre as esferas oficial e do cotidiano de professores alfabetizadores no que concerne as ideologias, indica que houve aceitação do discurso oficial pela maioria, revelada nos dados do *survey* e nos enunciados proferidos no grupo focal, o que indica a força da ideologia oficial que vige em determinado espaço e tempo.

Por outro lado, a investigação indica que o discurso oficial não é de todo ou tal qual tomado pelos professores enquanto palavra dada, pois, no contexto da prática, o encontro com ideologia do cotidiano faz emergir as palavras criadas, ou seja, não se restringe somente às palavras alheias, mas toma-se essas palavras para si, tornando-as próprias-alheias. Embora os professores tenham recebido positivamente a PNA, continua presente a relação dela com os programas de formação anteriores em seus discursos sobre a prática, mesmo havendo alinhamento a algumas pautas discursivas como apontado pelas categorias analisadas.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BALL, S. J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, 2001, p. 99-116.
- BOBBIO, N. **Razões e significações e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- BOWE, L.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Decreto 9.765**. Brasília: MEC, SEALF, 2019a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências**. Brasília: MEC, SEALF, 2020.

BUNZEN, C. Um breve decálogo sobre o conceito de ‘literacia’ na Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019). **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 44-51, jul./dez. 2019.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. – São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GATTI, B. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

LOPES, A. C. Políticas Curriculares: continuidade ou mudança de rumo? **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, 2004, p. 109-118.

MACEDO, M. S. A. N. **A política de alfabetização do governo Bolsonaro**: reducionismos e colonialidade. (No prelo).

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, 2006, p. 47-69.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, 2009, p. 303-318.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. **Informações sobre a abordagem do ciclo de políticas**. 2015. Disponível em: www.uepg.br/gppepe. Acesso em junho de 2020

MARQUEZ, A. C.; LIMA, F. L. M. A nova cara da direita no Brasil: um estudo sobre o grupo político MBL - Movimento Brasil Livre. In: **SIMPÓSIO DIREITAS BRASILEIRAS**, 1., 2017, São Paulo. [Trabalhos apresentados]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. p. [1-22]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6988> Acesso em: 11 fev. 2021.

MEDIVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo, 1 ed., São Paulo: Contexto, 2019.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos chaves. – São Paulo: Contexto, 2005, p. 167-176.

MORTATTI, M. R. L. Brasil, 2091: notas sobre a “política nacional de alfabetização”. **Revista OLHARES**, v. 7, n. 3 – Guarulhos, 2019, p. 17-51.

PRADO, J. L. A.; PRATES, V. Regimes passionais do MBL na eleição presidencial de 2018. In: **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 28., 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos [...]. Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019. p. 1-20. Disponível em <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6738> Acesso em: 11 fev. 2022.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, T. C.; VIEIRA, V. C. Representações da Presidenta Dilma Rousseff pelo “Movimento Brasil Livre”. *In: Discurso & Sociedade*. Vol. 10 (4), 2016, p. 588-609. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v10n04/DS10\(4\)Carvalho&Vieira.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v10n04/DS10(4)Carvalho&Vieira.pdf). Acesso em: 16 fev. 2021.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.